

8.1 ALTERAÇÕES ÀS PARTES B E H DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Da **DMGAP – Divisão de Serviços Jurídicos e do Contencioso**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a fim de deliberar a sua sujeição a consulta pública, nos termos do artº. 101º, nº. 1 do Código do Procedimento Administrativo.

MGD - 9205 de 22/03/2018

Paula Regina Vilaça Rocha

De: Liliana Veiga
Enviado: 8 de março de 2018 16:12
Para: Paula Regina Vilaça Rocha
Cc: Isilda Castro; Elisa Coelho; Cristina Salgado
Assunto: RE: 1/529/2018 e 1/246/DACPGP Regulamentos - contributos

Boa tarde Liliana
1853-26

[Handwritten signature]

Boa tarde,

Reforço a informação já anteriormente veiculada: o registo de contributos (a surgir) seria registada e enviada DSJC. Dessa forma, a DSJC deverá ter conhecimento em GD e/ou MGD, caso tenham dado entrada contributos.

No entanto, pode também ser efetuada pesquisa nas aplicações (GD e MGD) pelo assunto referido nos editais. Essa pesquisa foi efetuada no BU e não localizamos nenhum registo mas, deverão igualmente garantir que não existe nenhum registo nas aplicações, grupo DSJC. *→ confirmado!*

Cumprimentos,
Liliana Veiga

De: Paula Regina Vilaça Rocha
Enviada: quinta-feira, 8 de março de 2018 15:48
Para: Liliana Veiga <liliana.veiga@cm-braga.pt>
Cc: Isilda Castro <isilda.castro@cm-braga.pt>; Elisa Coelho <elisa.coelho@cm-braga.pt>; Cristina Salgado <cristina.salgado@cm-braga.pt>
Assunto: 1/529/2018 e 1/246/DACPGP Regulamentos - contributos

Boa tarde Dra Liliana,
Tal como combinado venho por este meio solicitar informação sobre a existência ou não de contributos relativamente aos regulamentos referentes aos nºs de documentos supracitados.
Atentamente,



BRAGA

Paula Rocha
Serviços Jurídicos e de
Contencioso

paula.rocha@cm-braga.pt
T: 253 203 150 | F: 253 613 387
www.cm-braga.pt | Ext. 1207

Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir!

Luís J. J. J.
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel António Guimarães

*Inf. DT/GSP/DSJC - Atuação à Parte B do CRTB e
H do Código
Sugere-se agora que o projeto de regulamento seja
submetido a reunião do Executivo Municipal e fim de deli-
berar a sua sugestão a consulta pública, nos termos
do artigo 101º, nº 1, do Código do Procedimento Administrativo.
Ao Sr. Diretor Municipal. 22/3/2018
*[Signature]**

Paula Regina Vilaça Rocha

De: Paula Regina Vilaça Rocha
Enviado: 8 de março de 2018 15:48
Para: Liliana Veiga
Cc: Isilda Castro; Elisa Coelho; Cristina Salgado
Assunto: I/529/2018 e I/246/DACPGP Regulamentos - contributos

Boa tarde Dra Liliana,

Tal como combinado venho por este meio solicitar informação sobre a existência ou não de contributos relativamente aos regulamentos referentes aos nºs de documentos supracitados.

Atentamente,



BRAGA

Paula Rocha
Serviços Jurídicos e de
Contencioso

paula.rocha@cm-braga.pt
T: 253 203 150 | F: 253 613 387
www.cm-braga.pt | Ext. 1207

Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir!



BRAGA
Município

Documento nº: I/529/2018

Data Registo: 23-01-2018

Assunto: Alteração ao CRMB-artºB-3/2º e H-1/17º

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Felismina Campos (Dra)

Endereço:

Utilizador: Liliana Veiga (Dra)

Destinatário: Paula Rocha

Conhecimentos:

Documento: I/529/2018

Data: 09-02-2018 16:30:09

Publicitado no site hoje, dia 09/02

Utilizador: Paula Rocha

Destinatário: Liliana Veiga (Dra)

Conhecimentos:

Data: 07-02-2018 17:26:55

Documento: I/529/2018

De acordo com orientações superiores, remete-se procedimento a fim de ser publicado aviso de acordo com o previsto no art. 98º CPA. Segue físico por protocolo.

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Paula Rocha

Conhecimentos:

Data: 07-02-2018 15:52:15

Documento: I/529/2018

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Alice M Gonçalves

Conhecimentos:

Data: 07-02-2018 15:51:39

Documento: I/529/2018

A Pedido DSJC

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Ricardo Rio (Dr)

Conhecimentos:

Data: 25-01-2018 11:58:01

Documento: I/529/2018

Para despacho do Sr. Presidente

SEGUE DOC. EM SUPORTE PAPEL

Utilizador: Miguel Guimarães (Dr)

Destinatário: Alice M Gonçalves

Conhecimentos:

Data: 25-01-2018 11:31:37

Documento: I/529/2018

Concordo.

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Miguel Guimarães (Dr)

Conhecimentos:

Data: 23-01-2018 15:17:26

Documento: I/529/2018

SEGUE DOC. EM SUPORTE PAPEL

Utilizador: Felismina Campos (Dra)

Destinatário: Alice M Gonçalves

Conhecimentos:

Data: 23-01-2018 14:53:06

Documento: I/529/2018

Utilizador: Felismina Campos (Dra)

Destinatário: Felismina Campos (Dra)

Conhecimentos:

Data: 23-01-2018 14:52:38

Documento: I/529/2018

Criação automática de pedido

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

17. INÍCIO DO PROCEDIMENTO: ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Submete-se ao Executivo Municipal o início de procedimento - Alteração dos artigos **B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º** e alteração do nome do título III do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tem informação circunstanciada da DMGAP-DSJC, que se anexa.

Sub-b. b. apur. Remite: DSC.

Gestão Documental [cm-braga.pt] Alice M Gonçalves

T/529/2018

Menu Documentos Processos Suporte

Criar Doc Cópia Cabeçalho Próximo Resumo Delegar Gravar OK Fechar

1/529/2018 : Alteração ao CRMB-artºB-3/2º e H-1/17º

Workflow

[Estado atual]: Aguarda Informação

Mudar estado para: Decisão?

☐ Concluir

☐ Criar Documento de Saída

☐ Enviar para Serviço

☐ Incluir em Processo da GUI/GD

Histórico

Último Movimento

Data	Utilizador	Destinatário	Informação	Conhecimento
23-01-2018 14:53:06	DMGAP - DIVISÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO - Felismina Campos (Dra)	DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA - Alice M Gonçalves		

Documentos Movimentos Doc Relac Processos Anexos Dados Entidades Responsáveis Mensagens Contributos Conhec. Tr Localiz Versões

Hist. Class Hist. Entidades Histórico Faturas

Livro * Tipo Documento *

Documento Interno Informação Interna

Data de Registro Data de Registo

23-01-2018 23-01-2018

Número Envio/Recepção Data Limite de Resposta

1/529/2018 Interno

☐ Aguarda Resposta ☐ Urgente ☒ Em Tratamento ☐ Documento Sem Resposta ☐ Suporte Papel

Classificador

0 - GENÉRICO

☐ Começa por

Classificador Orgânico

Gestor

Assunto *

Alteração ao CRMB-artºB-3/2º e H-1/17º

Local de Pretensão

Morada Num. Policia Código Postal

Localidade Freguesia Código Sig

308

Morada Adicional

Selecione Morada

Detalhes da morada

Descrição

Morada

Número de Policia Código Postal

Freguesia Localidade

Selecione Freguesia

Código SIG

Referência do Documento Data do Documento

23-01-2018

Observações

Utilizador Felismina Campos (Dra)

Registo de entrada: 16/11/2017

Requerente: DMUOP

Assunto: ISENÇÃO DE TAXAS

Informação de 18/01/2017

Técnico responsável: Elisa Cunha Coelho

QUESTÃO

Isenção de taxas.

Alteração ao CRMB: solicitada a alteração dos artigos B-3/2º e H-1/17º, por forma a incluir isenção de taxas também nas zonas de proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação.

ANÁLISE

CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

- REDAÇÃO ATUAL

PARTE B – URBANISMO

TÍTULO III – SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

CAPÍTULO I – Disposições gerais

Começa o **Artigo B-3/1º**, por restringir o objeto do Título III, referindo o seguinte:

«Sem prejuízo da legislação em vigor sobre esta matéria, o presente Título tem como objeto estabelecer, em especial, um conjunto de regras que visam orientar a transformação do conjunto urbano **do Centro Histórico e da Zona dos Galos**, definindo condições essenciais para a sua renovação, recuperação e reutilização, mantendo o carácter essencial da sua arquitetura e imagem urbana.»

Ou seja, embora o Título se refira ao Centro Histórico, o objeto inclui também a «**Zona dos Galos**».

E, no artigo seguinte, ao referir-se ao seu âmbito de aplicação, ainda inclui uma nova zona:

Artigo B - 3/2.º

Âmbito

1 - Este Título estabelece as disposições normativas aplicáveis:

a) ao Centro Histórico, área devidamente assinalada na planta que se junta como Anexo, que faz parte integrante do presente Código Regulamentar;

b) ao Sítio (Zona) dos Galos, área devidamente assinalada na planta que se junta como Anexo, que faz parte integrante do presente Código Regulamentar;

c) às zonas de proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação;

2 – Sempre que existam instrumentos de gestão territorial na área abrangida por este Título, as suas regras prevalecem sobre as agora estabelecidas.

No **artigo B-3/4.º**, no que se refere a **Incentivos**, define:

«Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e a revitalização **do Centro Histórico**, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:

a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º*:

b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede da elaboração dos respetivos projetos;

c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.»

***Artigo H-1/17.º**

Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico



1 – No âmbito dos incentivos previstos no **Artigo B-3/4.º ***, **o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais**, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii. Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii. Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.

Vejamos o que nos diz a **Nota Justificativa**:

- **Parte B – Urbanismo**, respeitante ao exercício do poder regulamentar próprio conferido aos Municípios no âmbito e em execução do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro (doravante RJUE), está subdividida em três Títulos:

.....

- **B3 – Centro Histórico**: substitui o anterior Regulamento de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, tendo-se procedido a uma revisão das normas de índole urbanística **especialmente aplicáveis à zona delimitada do Centro Histórico da cidade**.

.....

Por seu lado, e no que toca às regras materiais, pretende-se que a ocupação urbanística no Município de Braga cumpra regras de boa ordenação e que as intervenções promovam um adequado e sustentável desenvolvimento urbanístico, fator relevante para garantir qualidade de vida aos respetivos munícipes.

As vantagens da presente proposta são, assim, mais de ordem imaterial (e não material, de receita financeira municipal): não se aumenta, de facto, pela via regulamentar as receitas do Município, ainda que por via do seu cumprimento se possa incentivar a realização de novas operações e a intervenção no edificado (designadamente no que existia ilegalmente), o que se poderá vir a traduzir, a médio prazo, numa maior dinamização da atividade imobiliária e, consequentemente, num aumento de receita para o Município.

Do ponto de vista dos encargos, as normas que compõem a Parte B do Código não comportam despesas acrescidas para o Município: não se criam novos procedimentos que envolvam custos acrescidos na tramitação e na adaptação aos mesmos sendo, ademais, suficientes os recursos humanos existentes.

Resulta, assim, que a Parte B do Código se apresenta claramente como uma mais-valia para a gestão urbanística e para caracterização do Município de Braga como um município sustentável.

Acresce, ainda, que no que concerne ao Centro Histórico (Título B3), o custo resultante de uma maior restrição na liberdade de execução de obras, no que respeita à utilização de materiais e soluções arquitetónicas, tem como contrapartida o benefício da preservação do património arquitetónico e o equilíbrio e imagem urbana de uma área histórica particularmente sensível, que importa valorizar e proteger.

Pela leitura dos artigos, verificamos que os mesmos não têm uma redação congruente...Não há um seguimento lógico, desde o título até ao objeto, passando pelo âmbito...Não há qualquer concordância. O Título cinge-se ao CH mas efetivamente começa a alargar-se até às ZP.

Assim sendo, a introdução de certas palavras, tornarão o Título muito mais coerente e claro.

Parece-me, s.m.o., que se deve efetivamente proceder-se à alteração das normas em causa, até por uma questão de equidade... “o custo resultante de uma maior restrição na liberdade de execução de obras, no que respeita à utilização de materiais e soluções arquitetónicas, tem como contrapartida o benefício da preservação do património arquitetónico e o equilíbrio e imagem urbana de uma área histórica particularmente sensível, que importa valorizar e proteger” e o benefício da isenção de taxas... Ou seja, se se aplicam as mesmas “exigências” normativas regulamentares às operações urbanísticas quer elas ocorram no CH ou em ZP (cfr. Inf. Técnica do CD do PCHGCH), não se entende porque é que as segundas não beneficiariam de incentivos.



Por outro lado, e como refere a informação do Dr. Pedro Lopes, o anterior RMSRCHCB (vertido na generalidade para o CRMB), previa a isenção para essas 3 zonas.

Assim sendo, é de toda justificável e justa a alteração proposta dos artigos em causa.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Artigo B -3/1.º (NOVA REDAÇÃO)

Objeto

Sem prejuízo da legislação em vigor sobre esta matéria, o presente Título tem como objeto estabelecer, em especial, um conjunto de regras que visam orientar a transformação do conjunto urbano do Centro Histórico, da Zona dos Galos e das zonas de proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação, definindo condições essenciais para a sua renovação, recuperação e reutilização, mantendo o carácter essencial da sua arquitetura e imagem urbana.

Artigo B-3/4.º (NOVA REDAÇÃO)

Incentivos

Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e a revitalização do Centro Histórico, da Zona dos Galos e das Zonas de Proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:

a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no

Artigo H-1/17.º*:

- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede da elaboração dos respetivos projetos;
- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.»

Artigo H-1/17.º (NOVA REDAÇÃO)

Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras

1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º *, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii. Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii. Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.

Mais se sugere que seja alterado o nome do título III, para que o mesmo se adeque ao conteúdo do título:

(NOVA REDAÇÃO)

TÍTULO III – SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E OUTRAS ZONAS ESPECIAIS



Formalidades a seguir:

- a. O Executivo Municipal deve aprovar, em reunião, o início do procedimento;
- b. Posteriormente e nos termos do disposto no **artigo 98.º do CPA** deve ser publicitado o início do procedimento: na Internet, no sítio institucional do Município, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;
- c. Para esse efeito junta-se minuta para publicação no site institucional para publicitação do início da procedimento e participação procedimental, que deverá ser assinado pelo Sr. Presidente, caso concorde com o seu conteúdo;
- d. Depois de assinado, deverá o aviso em anexo ser publicitado no site institucional do Município e por Edital;
- e. Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do projeto;
- f. Findo esse prazo, se houver sugestões, deverão as mesmas ser remetidas a esta DSJC, para análise;
- g. Depois de analisadas, se pertinentes, serão introduzidas no Projeto do Regulamento, caso contrário, manter-se-á o mesmo Projeto, que deverá ser submetido a consulta pública, nos termos do art. 101º do CPA.

Assim sendo, deve o processo seguir para o Executivo.

A jurista,

[Handwritten signature]

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Nunes Guimarães

24/1/2018

[Handwritten signature]
1801.26
[Handwritten signature]
Concordo. Remete-se para o Sr. Diretor
Municipal.
19/1/2018
[Handwritten signature]



MINUTA

**AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO:
ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia 05 / 02 /2018, deliberou iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a alteração dos artigos B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III do Código Regulamentar do Município de Braga.
2. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
3. Os interessados podem ainda, no prazo de 15 dias úteis, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de alteração, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.
4. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuado por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico municipe@cm-braga.pt, colocando como Assunto "Alteração dos artigos B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III do Código Regulamentar do Município de Braga".-----

Braga, _____ de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio

